

## QUÃO ONTOLÓGICO É O MONISMO DE TRIPLO ASPECTO?

Vinicius Romanini<sup>1</sup>

Em “O conceito de sentimento no Monismo de Triplo Aspecto”, o professor Alfredo Pereira Junior faz uma instrutiva apresentação de sua principal hipótese de trabalho, o Monismo de Triplo Aspecto (MTA), e seus desdobramentos diante do problema que muitos filósofos da mente e neurocientistas ainda consideram a barreira intransponível no caminho para uma teoria completa e coerente da mente: o problema da consciência. O MTA postula que as diversas formas de dualismo (corpo e espírito, mente e cérebro, matéria e forma, sujeito e objeto, etc.) que se desenvolveram no campo da filosofia e da ciência em geral podem ser substituídas por um monismo tripartido nos aspectos matéria/energia, forma/informação e sentimentos/consciência.

Assim como o par matéria/energia é considerado pela ciência a dimensão puramente física da realidade, o MTA propõe o par forma/informação como a dimensão que rege as transformações dos sistemas no tempo (processos dinâmicos), e o par sentimentos/consciência como a dimensão que permite a emergência da experiência subjetiva nas espécies vivas em geral, e da consciência autocontrolada nas formas de vida mais complexas. No MTA, essas três dimensões seriam indissociáveis e comporiam a o fundamento do real.

O conceito de sentimento é assim apresentado numa perspectiva conjugada, em que processos físicos e informacionais participam *pari passu* e sem que haja a possibilidade de uma observação isolada ou uma descrição separada da totalidade monista. O corolário dessa hipótese é que a consciência pode ser definida como o resultado do *sentir* da informação trocada entre os sistemas físicos abertos e complexos, e esta seria a característica principal dos sistemas vivos capazes de consciência sobre suas experiências.

A fundamentação empírica para a hipótese do MTA é apresentada a partir dos resultados alcançados na pesquisa com células cerebrais chamadas astrócitos, neurotransmissores químicos capazes de transmissões contínuas e analógicas dos sinais e estreitamente vinculados à capacidade de sentir e de se emocionar – e, portanto, desempenhando um papel central na emergência da subjetividade e da consciência.

---

<sup>1</sup> Professor da Escola de Comunicações e Artes Universidade de São Paulo São Paulo, USP. E-mail: viniroma@gmail.com

A exposição do professor Alfredo Pereira Junior neste artigo “alvo” é bastante clara e bem fundamentada, mas algumas questões permanecem abertas ou precisam ser aprofundadas. O primeiro ponto que gostaria de levantar diz respeito ao tipo de monismo que o MTA postula. Afirmar sobre a natureza da realidade são obviamente metafísicas, pertencentes ao domínio da filosofia. Por filosofia não queremos ficar restritos à filosofia analítica que dominou o século 20 e que, como bem define o professor Pereira Jr., “é uma prática linguística de análise de conceitos” (p. 2) e, portanto, teria pouco a contribuir para a questão dos sentimentos numa abordagem metafísica. Vamos procurar aqui restituir à filosofia seu papel originário de debater os problemas em torno da estética (a percepção e imaginação criativa), da ética (as normas do agir situado) e da lógica (as representações compartilhadas sobre os objetos percebidos e imaginados).

No caso específico do MTA, pretende-se uma metafísica científica em diálogo com a filosofia da ciência. Isso implica um monismo que fosse capaz de cobrir ao mesmo tempo os domínios ontológicos e epistemológicos, o que exige uma formulação muito mais completa (e complexa) do que a apresentada neste e em outros artigos que já li sobre o MTA. Uma formulação monista puramente ontológica tende cair num realismo ingênuo que esconde as nossas limitações cognitivas intrínsecas. Afinal, o que autoriza os seres humanos a proferir teoremas sobre a realidade “em si mesma”? Uma formulação apenas epistemológica do monismo escapa dessa armadilha, mas é obrigada a ceder aos princípios do transcendentalismo kantiano: o mundo é o que nos parece porque nossas categorias *a priori* da sensibilidade criam os fenômenos que se submetem ao entendimento e à razão.

Em alguns trechos do artigo “alvo”, assume-se uma postura claramente ontológica, como quando Pereira Jr. apresenta o “Bolo das Três Camadas” (p. 6 e ss), mas sem discutir o antropocentrismo e os paradigmas historicamente constituídos que subjazem nessa posição. Em seguida, ao adotar a perspectiva de Nagel e Uexkull sobre como se sentem as espécies que experimentam o mundo a partir de seus aparelhos perceptivos, assume-se uma perspectiva mais fenomenológica e epistemológica. Enfim, o MTA precisa apresentar suas credenciais metafísicas mais claramente para que possamos inclusive entender o que são, afinal de contas, os três “aspectos” que o compõem: categorias ontológicas ou fenomenológicas?

Essa primeira questão vai se desdobrar numa outra que considero especialmente importante: a distinção, definição e explicação do que entendemos por sentimentos e

emoções, e a ordem de determinação entre eles. O professor Pereira Jr., e por conseguinte o MTA, parecem estar alinhados com a corrente da neurociência liderada por Damásio, e que coloca a emoção como a expressão corpórea do processamento de informação que ocorre no cérebro, e o sentimento como um estado mental que nada mais é do que um subproduto das emoções. “As emoções são corporais, os sentimentos são mentais”, cita o professor Pereira Jr. a partir de Scaruffi (p. 7). A meu ver, nesta máxima está embutida o materialismo típico do realismo ingênuo: a de que os processos físicos (matéria/energia) são a base do real e, portanto, que a descrição completa das redes de conexão físicas do cérebro podem solucionar o problema dos qualia.

Eu discordo desta posição porque para mim, como um pensador próximo à filosofia e à semiótica de Peirce, a ordem de determinação é inversa: os sentimentos estariam na base a atividade mental *em geral*, e da consciência *em particular*. Para Peirce, as qualidades de sentimentos são imediatamente percebidas por mentes particulares, mas jamais conscientemente conhecidas. Na metafísica peirceana, os sentimentos teriam uma realidade independente de uma ou de qualquer aglomerado finito de mentes particulares, mas não da mentalidade em geral que se espraia pelos processos inteligíveis do universo. Afinal, explica Peirce, o universo é inteligível justamente porque uma mentalidade geral garante regularidades contínuas (as leis da natureza) que exercem sua força numa processo de causação final. Como os tons de uma sinfonia que é composta de improviso enquanto é interpretada, os sentimentos são as qualidades que possuem intensidade infinita em instantes infinitesimais, mas que são generalizados em hábitos de sentimentos em qualquer duração perceptível. As sensações experimentadas pelos seres vivos seriam o resultado desse processo lógico de síntese do múltiplo dos sentimentos caóticos dados na experiência num estado mental com duração. Ou seja: as sensações são predicados lógicos gerais que trazem à consciência a qualidade comum dos inúmeros e intensos sentimentos que compõem a nossa percepção.

As emoções, por sua vez, seriam as interpretações que fazemos das sensações geradas nesse processo lógico – e, portanto, semiótico. Por fim, as cognições seriam os resultantes lógicos que subsumiriam sensações (compostas, como vimos, por sentimentos) e emoções (compostas, como vimos, por reações corpóreas, químicas e físicas) num predicado ainda mais geral e, portanto, necessariamente de ordem simbólica. Por ser um símbolo, pode ser compartilhado entre os intérpretes de uma comunidade formada por seres cognoscentes capazes de fruir dos mesmos sentimentos e

sensações. Mais importante ainda: por um ser um símbolo (ou seja, um hábito mental), pode ser compartilhado no tempo, comunicando sensações e emoções experimentadas em novos interpretantes. E aqui está a definição semiótica de consciência: a criação de um sujeito (self) por um processo lógico e autocontrolado de síntese de predicados regido por propósitos (ou causas finais). Estamos aqui no fundamento do chamado “sentimentalismo lógico” de Peirce.

Faço esta pequena excursão - e talvez imprecisa devido à rapidez da formulação – pela teoria peirceana do sentimentalismo lógico para mais uma vez chamar a atenção para as consequências da adoção de um ou outro tipo de monismo. A filosofia de Peirce é monista partindo de uma metafísica ontológica e assumindo um realismo extremo. No entanto, Peirce a complementa com as doutrinas do falibilismo e do evolucionismo: nossas crenças são falíveis e sujeitas ao desenvolvimento. A dúvida epistemológica é assumida como parte de sua filosofia, e inclusive dá origem ao seu pragmatismo. A informação, para Peirce, é justamente o crescimento dos símbolos que compõem nossas consciências. A informação surge quando sentimentos são sintetizados em sensações, dando origem ao processo semiótico. Por outro lado, a matéria é aquilo que dizemos de todo o que não evolui, não pensa, não cresce e, portanto, se mantém sob as leis chamadas naturais. O monismo de Peirce tem a mente como fundamento, e tudo o mais como decorrência.

Parece-me que o MTA tenta articular a teoria dos sentimentos e emoções de Damásio, a teoria da informação de Shannon e as teorias físicas dos sistemas termodinâmicos integrando-os num mesmo paradigma, mas eu não estou convencido que esses três componentes podem ser equacionados. Embora Pereira Jr. dê um importante passo para sair da concepção reducionista de “marcador somático” que Damásio atribui ao sentimento, colocando-o como estofa da consciência, não me parece que esse passo seja o início de uma caminhada que coloque o sentimento como um componente fundamental da realidade e, portanto, presente inclusive em processos que atualmente não são considerados inteligentes, vivos ou conscientes pela ciência. Como seria, enfim, “sentir-se” como uma rocha ou um curso d’água, se é que o MTA nos permite formular uma tal questão? Gostaria que o professor Pereira Jr. explicitasse, portanto, qual a narrativa “cosmogônica” (se há alguma) que sustenta seu monismo ontológico.

A última parte do artigo “alvo” expõe uma série de descobertas recentes sobre o papel das redes neuro-astrocitárias em processos de retroalimentação de informação e,

talvez, produção de epifenômenos como sentimentos e consciência. Esta é uma parte em que aprendi bastante e que tenho pouco a questionar para além de algumas dúvidas motivadas pela minha ignorância. A principal delas é sobre o quanto se pode generalizar a partir dessas descobertas. Poderíamos dizer que a presença de um cérebro com redes neuro-astrocitária é pressuposto para a emergência de sentimentos e consciência? Se a resposta a esta primeira pergunta for afirmativa (como parece ser em decorrência dos pressupostos apresentados), então onde se pode traçar, na escala evolutiva e na taxonomia dos seres vivos, a linha divisória entre aqueles capazes de sentir e de desenvolver consciência? Plantas e fungos estariam descartados *a priori*? Afinal, se sentimentos podem ser definidos, *grosso modo*, a partir da fórmula de Nagel (“How-is-it-like-to-be”), nada nos impede de imaginar como seria “sentir-se como” um vegetal – e há fitólogos que sugerem que plantas são capazes de sentir.

Outro ponto difícil para mim é a relação praticamente direta que Pereira Jr. parece fazer entre “ondas iônicas” propagadas no cérebro e o aspecto do sentimento/consciência. Essa formulação permite vislumbrar a possibilidade de simular o sentimento e a consciência pela produção artificial de ondas iônicas em certos sistemas de processamento de informação. Estaria aí a chave para a verdadeira inteligência artificial? Seria possível que o projeto conexcionista de reproduzir a mente humana a partir em processadores de informação (algo que hoje parece menos promissor do que há 20 anos) possa ser recondicionado para um projeto que una a simulação de ondas analógicas semelhantes às produzidas na interação entre neurônios e astrócitos?

Chegando às conclusões, posso apenas elogiar e me congratular com as consequências de uma “virada sentimental” apresentadas por APJ, principalmente aquelas que trazem implicações para a pedagogia e O conceito de “inteligência emocional” já está razoavelmente consolidado, mas a maior parte dos psicólogos e educadores ai da coloca essa inteligência ao lado da racional, como se fossem dois lados de uma moeda. Na verdade, os sentimentos são mais fundamentais do que as ideias que habitam nossas mentes e circulam pelos símbolos que compartilhamos. Uma pedagogia do sentimento deveria ser parte obrigatória da formação educacional e, certamente, poderia mitigar ou mesmo evitar muitos dos problemas éticos e lógicos que contaminam as sociedades contemporâneas.

**Referências**

PEREIRA JR., A. O Conceito de Sentimento no Monismo de Triplo Aspecto. *Kínesis*, Edição Especial – Debate, v. 7, n. 15, p. 1-24, 2015.

PEIRCE, C.S. *Collected Papers (Vols. I a VIII)*. Ed. Eletrônica. Charlottesville e Cambridge: Intalex Co. & Harvard Univ. Press, 1992.